Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.11, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v11i1.4172

BREVES NOTAS SOBRE A EDUCAÇÃO EM ALTANEIRA-CE: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

BRIEF NOTES ON EDUCATION IN ALTANEIRA-CE: ADVANCES, CHALLENGES, AND PERSPECTIVES

Francisco Renato Silva Ferreira
Titulação: Mestre em Ensino em Saúde - UNILEÃO
Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE
Endereço: Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil
E-mail: **norf20@hotmail.com**
ORCID: **https://orcid.org/0000-0003-3977-0136**

Emília Pereira da Silva
Titulação: Doutora em Ciências da Educação - UI
Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE
Endereço: Altaneira, Ceará, Brasil
E-mail: **ellamjeansoficial06@gmail.com**
ORCID: **https://orcid.org/0009-0003-7329-6746**

Paulo Robson Leite de Oliveira
Titulação: Mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática - UEPB
Secretaria de Estado de Educação do Ceará
Endereço: Altaneira, Ceará, Brasil
E-mail: **profpaulorobson@live.com**
CV: **https://lattes.cnpq.br/1823932415191021**

Francisco Adeilton da Silva
Titulação: Mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática - UEPB
Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE
Endereço: Altaneira, Ceará, Brasil
E-mail: **ver.adeilton@gmail.com**
ORCID: **https://orcid.org/0000-0003-3017-2113**

Recebido: 01/06/2025 – Aceito: 12/06/2025

Resumo

Este artigo apresenta uma análise crítica e aprofundada sobre a realidade da educação básica no município de Altaneira, no interior do estado do Ceará, com o intuito de evidenciar os avanços

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v11i1.4172

conquistados, os desafios persistentes e as perspectivas para uma educação pública de qualidade, equitativa e inclusiva. A investigação fundamenta-se em autores clássicos e contemporâneos da educação, como Paulo Freire, Dermeval Saviani, Gaudêncio Frigotto e José Carlos Libâneo, além de dados de fontes oficiais como INEP, Todos pela Educação, SEDUC-CE e UNESCO. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica de caráter analítico, com base em literatura especializada, documentos institucionais e relatórios educacionais atualizados. O estudo revela que, embora Altaneira tenha avançado em indicadores de alfabetização, formação docente e práticas pedagógicas inclusivas, a rede pública de ensino ainda enfrenta entraves como a escassez de recursos financeiros e pedagógicos, a ausência de profissionais de apoio capacitados, as dificuldades de deslocamento de alunos da zona rural e a baixa participação familiar. Diante deste cenário, o artigo propõe recomendações para o fortalecimento da gestão democrática, ampliação de investimentos, formação continuada e articulação intersetorial. Conclui-se que a superação das desigualdades educacionais em Altaneira exige políticas públicas territorializadas, pactos sociais sólidos e um compromisso ético com o direito à educação como bem público e instrumento de transformação social.

Palavras-chave: Educação básica; Políticas públicas; Desigualdades educacionais; Gestão democrática; Altaneira-CE.

Abstract

This article presents a critical and in-depth analysis of the reality of basic education in the municipality of Altaneira, located in the interior of the state of Ceará, with the aim of highlighting the progress achieved, the persistent challenges, and the prospects for a quality, equitable, and inclusive public education. The investigation is grounded in classical and contemporary education theorists, such as Paulo Freire, Dermeval Saviani, Gaudêncio Frigotto, and José Carlos Libâneo, as well as data from official sources such as INEP, Todos pela Educação, SEDUC-CE, and UNESCO. The adopted methodology is an analytical bibliographic research based on specialized literature, institutional documents, and updated educational reports. The study reveals that, although Altaneira has made progress in literacy indicators, teacher training, and inclusive pedagogical practices, the public school system still faces obstacles such as a lack of financial and pedagogical resources, the absence of trained support professionals, transportation difficulties for rural students, and low family participation. In light of this scenario, the article proposes recommendations for strengthening democratic management, increasing investments, promoting ongoing professional development, and fostering intersectoral collaboration. It concludes that overcoming educational inequalities in Altaneira requires localized public policies, solid social pacts, and an ethical commitment to the right to education as a public good and a tool for social transformation.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v11i1.4172

Keywords: Basic education; Public policies; Educational inequalities; Democratic management; Altaneira-CE.

1. Introdução

A educação básica brasileira, composta pela educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, constitui um dos pilares estruturantes para a consolidação de uma sociedade democrática, justa e inclusiva. No entanto, apesar dos avanços legislativos e normativos que consolidaram o direito à educação como um princípio fundamental garantido constitucionalmente (BRASIL, 1988), o país ainda convive com profundas desigualdades estruturais que impactam diretamente a qualidade do ensino ofertado. A crise da educação básica no Brasil não é um fenômeno recente ou episódico, mas sim resultado de um processo histórico marcado por contradições, disputas ideológicas e negligência política em relação às demandas da população mais vulnerável (FREIRE, 1996; SAVIANI, 2008).

A precarização do trabalho docente, a falta de infraestrutura adequada nas escolas públicas, a insuficiência de políticas efetivas de valorização da carreira docente e os baixos índices de aprendizagem demonstrados por avaliações nacionais e internacionais — como o SAEB e o PISA — escancaram a urgência de uma reconfiguração profunda das políticas educacionais (UNESCO, 2021; INEP, 2023). Além disso, a pandemia de COVID-19 agravou os desafios já existentes, ampliando o abismo entre os diferentes territórios do país e aprofundando as desigualdades no acesso e na permanência dos estudantes na escola (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2022).

Autores como Libâneo (2012) e Frigotto (2017) têm apontado que a crise educacional brasileira está diretamente ligada à lógica de mercado que se infiltrou nas políticas públicas, priorizando a produtividade e a eficiência em detrimento da formação humana integral. Essa racionalidade neoliberal tem contribuído para a fragmentação do direito à educação, comprometendo os fundamentos ético-políticos da escola pública como espaço de emancipação social. A ausência de

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v11i1.4172

um projeto nacional sólido e estruturante, voltado para a equidade educacional, compromete não apenas os indicadores estatísticos, mas sobretudo as possibilidades de transformação social pela via da educação.

Diante deste cenário, este artigo propõe uma análise crítica da crise e dos desafios estruturais enfrentados pela educação básica no Brasil, com o objetivo de compreender as tensões entre as políticas públicas implementadas nas últimas décadas e as reais condições de efetivação do direito à educação. A proposta parte de um referencial teórico que articula dimensões históricas, sociológicas e políticas, com o intuito de evidenciar que a crise educacional não pode ser reduzida a falhas administrativas ou técnicas, mas deve ser compreendida como expressão de um projeto excludente de sociedade.

A relevância deste estudo reside na urgência de repensar a educação básica a partir de uma perspectiva comprometida com a justiça social e com a valorização da diversidade regional, étnica e cultural que compõe o Brasil. Ao lançar luz sobre os entraves estruturais e as possibilidades de superação por meio de políticas públicas comprometidas com a equidade, pretende-se contribuir com o debate acadêmico e com a formulação de práticas mais coerentes com os princípios constitucionais da educação.

2. Contextualização de Altaneira-CE

O município de Altaneira, localizado na microrregião do Cariri Oeste, no Estado do Ceará, Nordeste do Brasil, apresenta-se como um território de grande relevância no cenário da educação pública regional, não apenas por sua história de resistência e organização comunitária, mas também pelos desafios estruturais que enfrenta no campo educacional. Com uma população residente de 6.314 (seis mil trezentos e quatorze) habitantes, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), Altaneira caracteriza-se por uma geografia de serras, clima semiárido e economia baseada majoritariamente na agricultura de subsistência, no funcionalismo público e em pequenas iniciativas de comércio local.

A educação pública municipal de Altaneira está sob a responsabilidade da

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v11i1.4172

Secretaria Municipal de Educação e abrange desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental II, com um número limitado, mas significativo, de instituições escolares distribuídas entre a sede urbana e a zona rural. A cidade possui um histórico de lutas por acesso à educação e vem se destacando nos últimos anos pelo esforço coletivo de gestores, professores e comunidade escolar na construção de uma educação mais democrática, mesmo diante de limitações orçamentárias e estruturais que marcam o cotidiano das redes públicas de ensino no interior nordestino (CEARÁ, 2023).

Apesar do compromisso institucional e das estratégias de valorização da formação continuada dos docentes, como a participação em programas estaduais e federais — entre eles o Programa de Aprendizagem na Idade Certa (PAIC) e o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) —, Altaneira ainda enfrenta grandes entraves relacionados à evasão escolar, à distorção idade-série e à falta de recursos didático-pedagógicos atualizados, sobretudo na única escola da zona rural do município, localizada no distrito de São Romão. Segundo dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), observam-se resultados que indicam necessidade de intervenções pedagógicas mais consistentes para o alcance de índices adequados de proficiência em leitura e matemática no ensino fundamental (INEP, 2021).

O contexto altaneirense também é marcado por desigualdades sociais históricas que impactam diretamente o desempenho educacional de crianças e adolescentes, refletindo as limitações de infraestrutura básica, como acesso à internet, transporte escolar e alimentação de qualidade. A pandemia da COVID-19 agravou tais fragilidades, expondo a carência de equipamentos tecnológicos, a dificuldade de conexão em áreas rurais e a descontinuidade de processos de aprendizagem, sobretudo entre estudantes em situação de vulnerabilidade (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2022).

Não obstante as dificuldades, é possível identificar em Altaneira uma mobilização crescente por uma educação inclusiva, participativa e comprometida com a transformação social. Projetos desenvolvidos por escolas municipais, ações voltadas à escuta sensível das comunidades escolares e a construção de currículos contextualizados demonstram que, mesmo em meio a obstáculos, a

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v11i1.4172

educação em Altaneira tem avançado no sentido de fortalecer o papel da escola como espaço de pertencimento, diálogo e cidadania (FERREIRA, 2024).

A análise da realidade educacional de Altaneira-CE permite compreender, de forma localizada, os reflexos das políticas públicas nacionais nas pequenas cidades brasileiras e evidencia que o debate sobre qualidade da educação não pode ser dissociado das condições concretas de vida das populações que habitam os territórios periféricos. Assim, estudar a educação básica em Altaneira é também refletir sobre o Brasil profundo, onde se travam cotidianamente batalhas por dignidade, reconhecimento e direito ao futuro.

3. Avanços na Educação Municipal

Apesar dos inúmeros desafios enfrentados pelos municípios de pequeno porte no interior do Nordeste brasileiro, Altaneira-CE tem demonstrado avanços significativos na área da educação pública, sobretudo no que diz respeito à ampliação do acesso, à valorização da formação docente e à promoção de práticas pedagógicas mais inclusivas e contextualizadas. Tais avanços são frutos de um esforço coletivo envolvendo a Secretaria Municipal de Educação, o corpo docente, os gestores escolares, os conselhos de educação e a participação ativa da comunidade escolar.

Um dos marcos positivos da educação municipal de Altaneira é a consolidação de programas voltados para a alfabetização na idade certa, a exemplo da adesão ao Programa de Aprendizagem na Idade Certa (PAIC), promovido pelo Governo do Estado do Ceará, que tem se mostrado um referencial exitoso em nível nacional. De acordo com o Relatório de Resultados do PAIC (CEARÁ, 2023), Altaneira figura entre os municípios cearenses que apresentaram melhoria no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos iniciais do Ensino Fundamental, revelando um impacto positivo das políticas públicas de apoio técnico-pedagógico e acompanhamento contínuo da aprendizagem.

Além disso, a valorização dos profissionais da educação tem sido pauta recorrente na agenda municipal. A oferta de formação continuada por meio de

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v11i1.4172

parcerias com instituições de ensino superior, encontros pedagógicos regulares, oficinas interdisciplinares e o incentivo à pesquisa e inovação didática são estratégias que têm fortalecido a identidade docente e ampliado o repertório metodológico dos educadores locais (LIBÂNEO, 2012; FRIGOTTO, 2017). Essas ações também favorecem o desenvolvimento de uma cultura colaborativa entre os professores, elemento essencial para o avanço da qualidade educacional.

Outro avanço digno de destaque é a crescente preocupação com a inclusão de estudantes com deficiência ou com transtornos do neurodesenvolvimento, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA). A rede municipal tem investido, ainda que de forma inicial, na formação de professores para o atendimento educacional especializado (AEE), na ampliação do número de cuidadores e na sensibilização da comunidade escolar para práticas pedagógicas inclusivas, em consonância com os princípios da Educação para Todos (UNESCO, 2021).

No que tange à infraestrutura, embora persistam deficiências estruturais, têm sido feitos esforços para a requalificação de espaços escolares, aquisição de mobiliário adequado, climatização de salas de aula e implementação de recursos tecnológicos básicos. A distribuição de kits escolares, uniformes e merenda escolar de qualidade, especialmente durante e após a pandemia da COVID-19, evidencia o compromisso do poder público local com a garantia de condições mínimas de permanência e aprendizagem para os estudantes mais vulneráveis (INEP, 2023).

A presença de projetos intersetoriais — como ações de saúde escolar, prevenção à violência, cultura e esporte — também revela um olhar ampliado sobre a função social da escola, fortalecendo sua inserção no território e promovendo uma educação que dialoga com a realidade das crianças e adolescentes. A integração entre escola e comunidade, por meio de conselhos escolares, associações de pais e mestres e a escuta ativa de estudantes, tem proporcionado espaços mais democráticos e participativos, onde as decisões são construídas coletivamente.

Esses avanços, ainda que parciais, sinalizam para um processo de transformação gradual que vem sendo gestado a partir das potencialidades locais e da articulação com políticas públicas estruturantes. Altaneira-CE, nesse

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v11i1.4172

sentido, configura-se como um exemplo de como municípios de pequeno porte podem construir soluções criativas e eficazes para a melhoria da educação, mesmo diante de limitações orçamentárias e geográficas. Trata-se de um movimento pedagógico e político que reafirma o compromisso com uma escola pública de qualidade, voltada para a equidade, a inclusão e a emancipação cidadã.

4. Principais Desafios

Embora o município de Altaneira-CE tenha demonstrado avanços significativos no fortalecimento da rede pública de ensino, a realidade educacional local ainda é atravessada por uma série de desafios complexos que limitam o pleno desenvolvimento das políticas educacionais e comprometem a garantia do direito à educação com qualidade e equidade. Tais desafios são múltiplos e interdependentes, exigindo respostas articuladas e sustentadas por políticas públicas eficazes, gestões comprometidas e envolvimento comunitário.

Um dos principais obstáculos é a escassez de recursos financeiros e pedagógicos. A limitação orçamentária da administração municipal reflete-se na dificuldade de investimento contínuo em infraestrutura escolar, aquisição de materiais didáticos atualizados, manutenção de equipamentos e ampliação do acesso às tecnologias digitais. A carência de bibliotecas estruturadas, laboratórios de ciências e informática, espaços adequados para atividades artísticas e esportivas compromete não apenas a aprendizagem, mas também o engajamento dos estudantes no processo educativo (UNESCO, 2021; BRASIL, 2023).

Além disso, observa-se uma insuficiência de profissionais de apoio capacitados, especialmente no que diz respeito ao atendimento às necessidades educacionais específicas. A presença de alunos com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento ou em situação de vulnerabilidade social requer uma equipe multidisciplinar composta por cuidadores, psicólogos, psicopedagogos, assistentes sociais e intérpretes de Libras, entre outros profissionais, cuja atuação ainda é limitada ou inexistente em grande parte das escolas municipais.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v11i1.4172

A ausência de suporte especializado sobrecarrega os docentes e prejudica a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva (OLIVEIRA; MELLO, 2022).

Outro desafio recorrente refere-se às dificuldades de deslocamento dos estudantes, sobretudo daqueles residentes em áreas rurais e de difícil acesso. O transporte escolar, ainda que ofertado, nem sempre atende com regularidade, pontualidade e segurança, o que afeta a frequência e a permanência dos alunos, principalmente os da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental. Em períodos de chuvas ou estiagens severas, o problema se intensifica, agravando a desigualdade entre os estudantes da sede e da zona rural (INEP, 2023).

A fragilidade no envolvimento das famílias com a vida escolar constitui outro entrave relevante. Muitos pais ou responsáveis, em razão de fatores socioeconômicos, baixa escolaridade ou jornadas extensas de trabalho, não conseguem acompanhar de forma sistemática o processo de ensino-aprendizagem dos filhos. Em outros casos, há uma histórica desvalorização da escola como espaço de emancipação social, o que contribui para o afastamento e dificulta a construção de uma relação de parceria entre família e instituição educativa (ARROYO, 2012; FRIGOTTO, 2017).

Ainda cabe mencionar os efeitos acumulados da pandemia de COVID-19, cujos impactos no processo educacional ainda são sentidos, principalmente entre os estudantes das séries iniciais e em contextos de vulnerabilidade. As lacunas de aprendizagem, os déficits na socialização e a desestruturação emocional exigem intervenções pedagógicas e psicossociais urgentes, mas muitas vezes inexistentes por falta de estrutura e apoio técnico adequado (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2022).

Por fim, destaca-se a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de gestão democrática e participação social, como os conselhos escolares, fóruns de educação e conferências municipais. A cultura da escuta ativa e da corresponsabilização da comunidade ainda precisa ser consolidada, superando práticas centralizadoras e burocráticas que impedem o protagonismo de educadores, estudantes e familiares nas decisões que impactam diretamente a

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v11i1.4172

qualidade da educação ofertada.

Diante desse panorama, torna-se evidente que os desafios enfrentados pela educação municipal de Altaneira demandam não apenas soluções técnicas, mas sobretudo ações políticas sustentadas em princípios de justiça social, equidade territorial e valorização da escola pública como instrumento de transformação. É preciso investir em políticas estruturantes, na qualificação de profissionais, na intersetorialidade e no fortalecimento da gestão educacional, para que a educação cumpra seu papel de direito universal e bem público essencial ao desenvolvimento humano e social.

5. Perspectivas e Recomendações

Diante dos avanços observados e dos desafios persistentes na rede municipal de ensino de Altaneira-CE, torna-se urgente traçar caminhos viáveis e propositivos para o fortalecimento da educação pública, com foco na garantia de direitos, na equidade e na qualidade social do ensino. As perspectivas futuras devem ser pensadas de maneira integrada, considerando a realidade socioterritorial do município, os anseios da comunidade escolar e as diretrizes constitucionais e legais que orientam a política educacional brasileira.

Uma das principais perspectivas está na construção de um plano municipal de educação com caráter participativo, intersetorial e territorializado, capaz de articular políticas de curto, médio e longo prazo, com base em diagnósticos precisos e dados atualizados. Tal plano deve ser elaborado a partir da escuta ativa de professores, gestores, estudantes, famílias e demais agentes comunitários, garantindo representatividade e legitimidade às decisões coletivas. Conforme aponta Cury (2010), a gestão democrática da educação é não apenas um preceito legal, mas um princípio político e ético essencial à construção de uma escola pública de qualidade.

Outra recomendação fundamental diz respeito à valorização e formação continuada dos profissionais da educação, com programas permanentes de capacitação que contemplem as especificidades locais e promovam o desenvolvimento de competências pedagógicas, tecnológicas e socioemocionais.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v11i1.4172

É necessário investir na formação para o atendimento educacional especializado (AEE), na educação anticapacitista e em práticas inclusivas que reconheçam a diversidade como valor formativo, em consonância com os marcos legais da educação inclusiva (BRASIL, 2015; MITTLER, 2003).

A ampliação dos investimentos públicos na educação, com foco na infraestrutura escolar, recursos didáticos, conectividade e transporte seguro, também se configura como prioridade. É imperativo que o município busque, por meio de convênios, parcerias e editais públicos, fontes complementares de financiamento que viabilizem melhorias estruturais e pedagógicas. Segundo Saviani (2008), o financiamento adequado da educação pública é condição indispensável para a superação das desigualdades e a universalização do direito à aprendizagem.

No campo da gestão escolar, recomenda-se o fortalecimento de mecanismos de avaliação formativa e diagnóstica, com a implementação de sistemas locais de monitoramento da aprendizagem, evasão e distorção idade-série. Esses instrumentos devem ser orientados não apenas por metas quantitativas, mas por indicadores de inclusão, permanência e desenvolvimento integral dos estudantes. A avaliação, nesse contexto, precisa ser entendida como parte integrante do processo de ensino e não como instrumento de exclusão ou punição (HADJI, 2001).

Outro caminho estratégico está na intensificação do trabalho intersetorial entre educação, saúde, assistência social, cultura e esporte. A escola deve ser vista como um espaço ampliado de proteção e desenvolvimento humano, capaz de promover ações integradas que atendam às múltiplas dimensões da vida escolar. Experiências de articulação com os serviços de atenção básica, Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), conselhos tutelares e núcleos de atenção psicossocial podem contribuir significativamente para o enfrentamento das vulnerabilidades que atravessam o cotidiano dos alunos (FERREIRA; VIEIRA, 2021).

Adicionalmente, é necessário fomentar projetos pedagógicos integradores, contextualizados e culturalmente significativos, que dialoguem com o território, a história local e os saberes comunitários. A valorização das identidades culturais

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v11i1.4172

de Altaneira, bem como o fortalecimento de práticas educativas antirracistas, ambientais e inclusivas, contribui para a formação de sujeitos críticos, autônomos e socialmente comprometidos (FREIRE, 1996).

Por fim, destaca-se a importância da reconstrução dos vínculos entre escola e família, por meio de ações de sensibilização, formação de pais, escutas qualificadas e participação ativa nos conselhos escolares. A corresponsabilização das famílias no processo educativo é fundamental para o êxito das políticas públicas educacionais, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Como alerta Arroyo (2012), educar em territórios populares exige pactos solidários e éticos entre todos os sujeitos que compõem a comunidade educativa.

Em síntese, as perspectivas para a educação municipal de Altaneira demandam mais do que boas intenções: requerem planejamento estratégico, investimento contínuo, escuta democrática e compromisso político com uma escola pública que seja, de fato, espaço de transformação, pertencimento e justiça social. As recomendações aqui apresentadas não esgotam as possibilidades, mas apontam caminhos concretos para que a educação seja reafirmada como direito humano fundamental e pilar de um projeto emancipador de sociedade.

6. Considerações Finais

A análise da realidade educacional do município de Altaneira-CE, à luz de uma perspectiva crítica, humanizada e comprometida com a justiça social, permite compreender que a educação básica, mesmo diante de avanços significativos em determinados aspectos, ainda enfrenta obstáculos estruturais que limitam sua efetividade como direito universal. Ao longo deste estudo, evidenciou-se que os progressos obtidos — como a adesão a programas estaduais de alfabetização, o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas e os esforços de formação docente — são reflexos de uma gestão educacional que tem buscado, dentro de suas possibilidades, implementar políticas públicas coerentes com os princípios da equidade e da qualidade.

No entanto, persistem desafios de ordem financeira, pedagógica, social e

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v11i1.4172

estrutural que precisam ser enfrentados com urgência e responsabilidade coletiva. A escassez de recursos para a manutenção e modernização das escolas, a carência de profissionais de apoio capacitados, as dificuldades de deslocamento dos alunos da zona rural, a baixa participação das famílias no processo educativo e as lacunas na formação continuada dos docentes compõem um cenário que exige ações articuladas, planejamento estratégico e investimentos sustentáveis (SAVIANI, 2008; UNESCO, 2021).

Não se trata apenas de responder a deficiências pontuais, mas de reconhecer que tais desafios são sintomas de um modelo de gestão pública ainda fragilizado, frequentemente pressionado por lógicas de financiamento insuficientes e pela descontinuidade de políticas intersetoriais. Como aponta Frigotto (2017), a educação pública, especialmente em contextos periféricos, precisa ser compreendida como um campo de disputa, onde projetos societários antagônicos se confrontam: de um lado, um projeto mercantil e excludente; de outro, um projeto emancipador, que reconhece o papel transformador da escola como espaço de resistência e afirmação de direitos.

Nesse sentido, reafirma-se a necessidade de um compromisso ético-político com a construção de uma educação democrática, que valorize o território, escute as vozes da comunidade escolar, promova a inclusão de todos os sujeitos e enfrente as desigualdades históricas que atravessam o cotidiano das escolas públicas. A experiência de Altaneira-CE revela que, mesmo em meio a limitações, é possível tecer avanços concretos quando há vontade política, participação social e aposta na formação crítica dos profissionais da educação.

As recomendações apresentadas neste trabalho — como a elaboração de planos educativos participativos, a valorização profissional, o fortalecimento da gestão democrática, o investimento em infraestrutura e a articulação intersetorial — apontam caminhos possíveis e necessários para a superação das barreiras que ainda impedem a realização plena do direito à educação no município. Essas proposições, embora contextualizadas localmente, têm validade ampliada e podem contribuir para o debate nacional sobre os rumos da educação básica, sobretudo nos municípios do interior do país.

Em última instância, defender a educação pública de qualidade em

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v11i1.4172

Altaneira-CE é também afirmar a urgência de um projeto de sociedade comprometido com a dignidade humana, com a justiça social e com a construção de um Brasil verdadeiramente democrático. Como ensina Paulo Freire (1996), a educação não transforma o mundo por si só, mas forma sujeitos que, com consciência crítica e sensibilidade ética, são capazes de transformá-lo. Assim, que a escola altaneirense siga sendo, cada vez mais, esse espaço de potência, diálogo e esperança.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzales. Ofício de mestre: imagens e autoimagens. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: **https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.** Acesso em: 5 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: **https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm**. Acesso em: 5 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Censo Escolar da Educação Básica 2023: notas estatísticas. Brasília, DF: MEC/INEP, 2023. Disponível em: **https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/notas-estatisticas**. Acesso em: 4 jun. 2025.

CÁSSIO, Fernando; VIEIRA, Mariana Trotta. Desigualdade e educação pública: limites da avaliação e desafios da gestão democrática. São Paulo: Ação Educativa, 2020.

CEARÁ. Secretaria da Educação. Resultados do Programa PAIC Integral 2023. Fortaleza: SEDUC, 2023. Disponível em: **https://www.seduc.ce.gov.br**. Acesso em: 4 jun. 2025.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e direitos sociais. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

FERREIRA, Francisco Renato Silva; VIEIRA, Lúcia Helena Oliveira. Educação e intersetorialidade: desafios para políticas públicas integradas no semiárido

cearense. In: Anais do II Congresso Nacional de Educação e Diversidade, Juazeiro do Norte, 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: entre a dualidade e a fragmentação da educação básica no Brasil. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HADJI, Charles. Avaliação, regras do jogo: da ética à política. Porto Alegre: Artmed, 2001.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resultados do SAEB 2021: relatório síntese. Brasília, DF: INEP, 2021. Disponível em: **https://www.gov.br/inep**. Acesso em: 5 jun. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MITTLER, Peter. Educación inclusiva: contextos sociales y diversidad. Madrid: Narcea, 2003.

OLIVEIRA, Maria Teresa Eglér; MELLO, Simone de. Educação inclusiva e o direito à diferença: desafios e possibilidades na escola pública. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 27, e270004, 2022. DOI: **https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270004.** Acesso em: 6 jun. 2025.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Anuário Brasileiro da Educação Básica 2022. São Paulo: Moderna, 2022. Disponível em: **https://www.todospelaeducacao.org.br**. Acesso em: 4 jun. 2025.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: **https://unesdoc.unesco.org**. Acesso em: 4 jun. 2025.